

A INTENSIFICAÇÃO DA ALIENAÇÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA

Mateus Alves

Graduando em Ciências Sociais
pela Universidade Federal de
Goiás (UFG).

É comum, no cotidiano, ouvirmos sobre como devemos estudar para deixarmos de ser “alienados”. Se alguém não estudou, significa dizer que este alguém é um “ser alienado”. Nada é esperado desse ser além de opiniões equivocadas ou a necessidade de ser orientado por outrem. Se o estudo combate a alienação, a universidade naturalmente seria, portanto, o *locus* ideal onde se realizaria a luta contra ela; um lugar fundamental que, através dele, os seres humanos supostamente conheceriam o mundo e a si mesmos, abolindo através do esforço intelectual, sua própria condição de “alienado”.

É, sobretudo, nas representações cotidianas (o chamado “senso comum”), que a alienação parece ser sinônimo de “limitação da consciência”. Lutar contra essa limitação seria lutar contra a própria “alienação”. Porém, se refletirmos mais profundamente, poderíamos nos perguntar quais as determinações que envolvem essa limitação. Longe de ser uma questão de esforço individual, chegaríamos à conclusão que o ser humano em geral é, na sociedade capitalista, um ser extremamente limitado, cheio de angústias, necessidades não satisfeitas e potencialidades distantes de serem realizadas. Não é difícil constatar que isto é válido até mesmo para aqueles que passam a vida estudando. Então, a alienação somente poderia se originar em outra esfera além da consciência individual.

Para compreendermos a origem da alienação, é necessário, particularmente, sabermos o que é o ser humano. Para Marx, nos *Manuscritos de Paris*, o ser humano é um ente-espécie ou, antes, um ser autoconsciente. Diferentemente dos animais, o ser



humano não é sua atividade vital, mas faz de sua própria atividade vital “um objeto de sua vontade e consciência”. A produção realizada pelos seres humanos não é, portanto, determinada fundamentalmente pelas suas necessidades físicas imediatas. Na verdade, através de sua atividade vital, o ser humano consegue se objetivar, isto é, ele expressa sua própria natureza através de sua produção, ele é livre ante seu produto.

Os animais produzem apenas o estritamente indispensável para si e para os filhotes de acordo com suas necessidades imediatas. O ser humano, ao contrário, não produz de acordo com a compulsão das necessidades físicas, mas produz até quando livre da necessidade física, sendo possível produzir até em “conformidade com as leis do belo” (MARX, 1962, p. 101). É através do trabalho que os seres humanos se diferem dos animais, pois é por meio dele que o ser humano se reconhece como ente-espécie consciente.

Contudo, na sociedade capitalista e nas sociedades de classes em geral, o trabalho não se manifesta como objetivação. O trabalhador é, no processo de produção, dirigido por um “não-trabalhador” e o trabalho deixa, portanto, de ser uma atividade livre, tornando-se trabalho alienado. É no processo de produção que é efetivada a alienação do trabalhador através da direção de seu trabalho.

Se o que diferencia os seres humanos dos animais — o trabalho como objetivação — não se manifesta, em decorrência do controle dos mesmos, os trabalhadores tornam-se alienados, suprimidos de sua natureza humana. E se a direção do trabalho é efetivada por um “não-trabalhador” no processo de produção, este criará as condições para sua perpetuação, gerando tudo aquilo que é necessário para sua manutenção e intensificação. A alienação é, então, generalizada para o conjunto das relações sociais (PEIXOTO, 2020) e isto inclui a atividade de estudo na universidade.

Para intensificar a exploração do trabalho e aperfeiçoar seu controle, são necessários indivíduos qualificados, que saibam operar máquinas e técnicas mais complexas, possibilitando produzir mais em um menor tempo. Também é fundamental que os trabalhadores não se tornem conscientes de sua alienação e, por conseguinte, que exista uma produção de ideias que legitime o trabalho alienado. Tudo isso, possibilitado pela complexa divisão social do trabalho na sociedade capitalista, é concretizado



também na universidade. Distante de ser o *locus* da abolição da alienação, a universidade é, ela mesma, a reprodução da alienação.

Na universidade, a atividade de estudo é controlada por um “não-estudante”. Este controle é efetivado pela burocracia universitária¹ de forma mais geral. A atividade de estudo não é, portanto, voltada para o desenvolvimento intelectual do estudante, não é uma autoatividade, mas, ao contrário, é dirigida visando à reprodução do capitalismo². Para além disso, se a própria atividade de estudo é controlada – exterior ao estudante –, o produto desse estudo também não pertence ao estudante. É um absurdo, portanto, que um estudante recuse o controle sobre seu estudo ou ainda vá além do saber precário, limitado e fragmentado presente na universidade, não porque isto seria um obstáculo para seu desenvolvimento intelectual, mas exatamente porque isto não reproduz o capitalismo. Este caráter da universidade pode não ser percebido à primeira vista, mas se olharmos mais de perto, alguns acontecimentos revelam abertamente a verdadeira razão de ser da universidade.

A título de exemplo, recentemente na Universidade Federal de Goiás (UFG), houve uma discussão acerca da quantidade de dias que terão os semestres letivos de 2021. Normalmente, o semestre letivo da universidade possui 100 dias. Porém, em decorrência da pandemia que impôs o encerramento das aulas por um semestre, o calendário da UFG está defasado em relação ao “calendário civil”, isto é, está “atrasado” em relação a outras atividades como Exame Nacional do Ensino Médio, processos seletivos em geral etc. Diante disso, a burocracia universitária propôs um debate: “dentre 100, 90 e 80 dias letivos, qual a melhor opção para os próximos semestres”.

Vejam: na perspectiva da burocracia universitária, é necessário tomar providências para acompanhar o “calendário civil”, ou seja, é necessário se adequar o mais rápido possível aos prazos e demandas estatais. Isso significa, no final, que os

¹ Compreendemos aqui a burocracia como uma classe social auxiliar da burguesia. O interesse da burocracia fundamentalmente é exercer o controle, bem como expandir este controle, gerando uma crescente burocratização das relações sociais. A burocracia possui diversas frações, sendo uma delas a burocracia universitária, que é o quadro dirigente das universidades (reitor, vice-reitor, pró-reitores, coordenadores de cursos etc). Para saber mais sobre a burocracia consulte: *O Significado Histórico da Classe Burocrática* (VIANA, 2018).

² Para saber mais sobre o estudo alienado, cf.: Silva; Anjos (2018).



estudantes e a atividade de estudo realizada por eles devem ser ainda mais controlados em decorrência da pandemia para, assim, conseguir se adequar aos prazos. Não se importam com a dificuldade de realizar os estudos durante a pandemia e, ainda menos, com a precarização geral que a redução de dias letivos acarreta aos estudantes. Essa precarização atinge os estudos, que ficam cada vez mais exteriores, controlados por um “não-estudante”. No lugar do desenvolvimento intelectual, faz-se presente a exaustão e a superficialidade, além de também mortificar o estudante, trazendo problemas psíquicos como a angústia por ter que entregar atividades ou realizar avaliações em um prazo ainda menor do que o normal.

Não nos enganemos! Mesmo nos 100 dias letivos “normais”, todas as características negativas supracitadas (a exterioridade dos estudos, a angústia decorrente dos prazos e das diversas avaliações, a superficialidade, a exaustão mental etc.) estão presentes na universidade como produto do estudo alienado. No entanto, tudo isto que já se fazia presente, se intensificará ainda mais com a redução dos dias letivos durante a pandemia, que ainda persiste e é geradora de diversos outros problemas. A burocracia universitária, em nome do “deus” capital, oferecerá como sacrifício os estudantes como prova de sua fé. Todavia, esquecem que sem estudantes, não há razão para existir universidade ou sua burocracia. As ações da burocracia da UFG, no final das contas, reforçam a dificuldade desta de se reproduzir, visto que a razão de ser da burocracia universitária é o controle dos estudantes, dos professores, dos demais trabalhadores subordinados como os “técnicos-administrativos”, do saber etc., para satisfazer as necessidades de reprodução do capitalismo. Todavia, o que se vê concretamente é uma tendência à evasão e um estímulo cada vez maior à uma formação-ritual, onde os estudantes reproduzem o que a burocracia deseja suficientemente para obter um diploma. Sem estudantes para exercer seu controle ou se há formação apenas de pessoas “não-qualificadas”, que não conseguem potencializar a extração de mais-valor ou de produzir ideologias que a mantêm, bem como se o estudo alienado passasse a ser contestado radicalmente pelos estudantes – já que a alienação se torna mais evidente com a intensificação de suas consequências –, a burocracia universitária terá dificuldades para se legitimar.



Olhando agora pela perspectiva de algumas “entidades de representação estudantil” tal como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e alguns Centros Acadêmicos (CAs): eles acreditaram que deveriam se inserir nesta discussão escolhendo alguma das opções propostas pela burocracia da universidade, não percebendo que se inserindo na dinâmica da burocracia, reforçariam o controle sobre o estudo. Assim, o DCE se lançou em uma tarefa “árdua” e “heroica”: quantificar através de um formulário virtual qual opção mais agradaria a totalidade dos estudantes, para então levar esta “rica” informação à reunião controlada pelos burocratas. Com ou sem DCE, com ou sem CAs, a proposta aceita seria qual a burocracia desejasse.

No entanto, estas “entidades representativas” anseiam por participarem, mesmo que de forma decorativa, no processo de decisão da burocracia, que não refletem sobre nada disso. Só querem ter “algo” para dizer na reunião e este “algo” são quantidades inócuas apreendidas através de um formulário virtual ou até de reuniões onde apareceram dúzias de estudantes. Não refletem sobre como a redução de dias letivos atingirá os estudantes, mas se interessam tão somente em como se adequarão aos trâmites burocráticos para a tomada dessa decisão, da qual não foram nem convidados, pois as propostas já estavam dadas, sem ser necessário a anuência dessas “entidades de representação”. Estas organizações participaram como intrusas no ritual de sacrifício ao “deus” capital, não para agradar necessariamente a este deus, mas sim, para provar para a própria burocracia que também é, assim como ela, uma devota.

A maior “conquista” desses estudantes, aspirantes à burocratas, é uma menção na ata de reuniões que constata, sem dúvida alguma, que participaram do processo de decisão da burocracia, mesmo que seja apenas trazendo a porcentagem de estudantes que aprovaram esta ou aquela proposta. Imagino que se o redator da ata da reunião esquecesse de mencionar essas “entidades de representação”, os aspirantes à burocratas poderiam se indignar de tal maneira, que tentariam remarcar a reunião apenas para intervir da mesma forma de antes, mas agora, garantindo que não se esqueçam de dizer “amém”, isto é, “que isto conste na ata”.

É possível percebermos melhor a mortificação decorrente do estudo alienado através de como a grande maioria dos estudantes responderam a tudo isto: com a indiferença. Esse debate não perturbou os estudantes. E é razoavelmente fácil



compreender o porquê disso, já que não são os próprios estudantes que decidem o quê estudar, como estudar e porque estudar. Todo o conteúdo já está dado, desde sua entrada na universidade. Porém, além da atividade de estudo ser controlada, o produto dessa atividade alienada não pertence a eles. Deve-se realizar avaliações que medirão se o estudo alienado foi realmente executado de forma adequada. Na pandemia, diante de tantos problemas, os estudantes que trabalham, por exemplo, estão desistindo de assistir aulas, de realizar avaliações etc. E quando o fazem, efetivam-no de maneira precária, apenas para conseguir cumprir com os requisitos impostos pela universidade, o que explicita a mortificação sentida pelos estudantes.

Com certeza, os dias letivos de cada semestre não se mostraram tão interessantes aos olhos dos estudantes. Na verdade, não seria uma surpresa se os estudantes, através de uma visão imediatista, desejassem menos dias letivos para cada semestre, pois significaria menos dias realizando uma atividade alienada, não percebendo, porém, sua intensificação.

O fim do estudo alienado só poderá ser alcançado através da abolição do trabalho alienado. Para isso, é necessário romper com todas as organizações burocráticas, constituindo organizações autárquicas vinculadas com o projeto de uma sociedade radicalmente nova, uma sociedade autogerida. A libertação dos trabalhadores ante o trabalho alienado significa, antes de mais nada, a emancipação de toda a humanidade de sua alienação.

Referências

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

PEIXOTO, Maria Angélica. O Conceito de Alienação em Marx, Fromm e Marcuse. In: SANTOS, André de Melo (org.). *Erich Fromm e os Dilemas Humanos na Sociedade Moderna*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

SILVA, Rubens Vinicius da; ANJOS, Diego P. M. O Estudo Alienado. Espaço Livre. Vol. 13, num. 26, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/82/65>

VIANA, Nildo. O Significado Histórico da Classe Burocrática. Revista Enfrentamento. Ano 13, num. 23, jan./jun.2018. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/renf/article/view/354/315>.